

Lisboa, contando para efeitos de cumprimento do prazo a data do carimbo dos correios aposto no envelope.

As candidaturas podem ser entregues pessoalmente, no Departamento de Recursos Humanos, em envelope fechado, com a indicação exterior «Procedimento concursal para recrutamento de um Técnico Superior para GSIC — Infra-Estruturas Tecnológicas» no período compreendido entre as 09h30 e as 16h30.

Serão também aceites candidaturas enviadas por correio electrónico para o endereço, recrutamento.rh@inac.pt, devidamente acompanhadas de todos os documentos referidos no n.º 10.1.

10.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — Atenta a urgência do presente recrutamento, perante a necessidade de repor a capacidade de resposta do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P., no âmbito de todas as suas atribuições e competências, o procedimento decorrerá através da utilização faseada dos métodos de selecção, conforme previsto no artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

12 — Métodos de selecção — Considerando a urgência do presente recrutamento, e nos termos da faculdade prevista no n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008 e dos nos do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, é adoptado um método de selecção obrigatório e um método de selecção facultativo:

Avaliação Curricular (AC); e
Entrevista Profissional de Selecção (EPS).

A classificação Final (CF), expressa de 0 a 20 pontos, resultará da seguinte fórmula:

$$CF = 70\% AC + 30\% EPS$$

12.1 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para o qual o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, ponderando-se a habilitação académica de base, a formação profissional e a experiência profissional.

12.2 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma sistemática e objectiva, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

12.3 — São excluídos os candidatos que não compareçam a qualquer um dos métodos de selecção, bem como os que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de selecção, não lhes sendo aplicado o método de avaliação seguinte.

12.3 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de selecção é efectuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P., e disponibilizada no seu sítio web.

12.4 — Os candidatos admitidos serão convocados para a realização dos métodos de selecção, por notificação, nos termos previstos no artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da mesma. A notificação indicará o dia, hora e local da realização dos métodos de selecção.

12.5 — Os candidatos excluídos serão, como estatui o n.º 1 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, notificados por uma das formas previstas nas alíneas a), b), ou d) do n.º 3 do mesmo artigo, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

12.6 — Em caso de igualdade de valoração, serão adoptados os critérios de ordenação preferencial estabelecidos no artigo 35.º na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro

12.7 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será publicada no sítio web do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P. (www.inac.pt), após aplicação dos métodos de selecção.

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, diligenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

14 — O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) no 1.º dia útil seguinte à presente publicação no *Diário da República*, na página electrónica do INAC, I. P. e, por extracto, no prazo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

15 — Composição do júri do procedimento:

Presidente — Ângelo Ferreira Borges
Vogais efectivos:

1.º Vogal — Manuel Lopes Seborro, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos

2.º Vogal — Carla Rodrigues Silva

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Honório Marques Cavaco

2.º Vogal — Mário Canaveira Leal

2 de Março de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís A. Fonseca Almeida*.

203227286

Aviso (extracto) n.º 9407/2010

Por deliberação do Conselho Directivo de 27.10.2009 foi homologada a lista de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum de recrutamento para a constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na modalidade de contrato em funções públicas, para o preenchimento de dois postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P., na carreira geral de assistente técnico, categoria de assistente técnico, para exercerem funções no Departamento de Recursos Patrimoniais e Documentais da Direcção de Gestão de Recursos, publicitada no *Diário da República*, 2.ª série, Anúncio n.º 5044/2009, de 2 de Julho, tendo sido formalizado o recrutamento dos candidatos seleccionados através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas, nos termos do artigo 17.º, n.º 3 da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 37.º, n.º 1, alínea b) da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que:

1 — Foi celebrado contrato em funções públicas por tempo indeterminado com Marta Alexandra Louro Avelar Duarte, com efeitos a 01.03.2010, ficando colocada na 3.ª posição da tabela remuneratória única.

31 de Março de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís A. Fonseca de Almeida*.

203223998

Aviso (extracto) n.º 9408/2010

Por deliberação do Conselho Directivo de 27.10.2009 foi homologada a lista de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum de recrutamento para a constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na modalidade de contrato em funções públicas, para o preenchimento de dois postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P., na carreira geral de assistente técnico, categoria de assistente técnico, para exercerem funções no Departamento de Recursos Patrimoniais e Documentais da Direcção de Gestão de Recursos, publicitada no *Diário da República*, 2.ª série, Anúncio n.º 5044/2009, de 2 de Julho, tendo sido formalizado o recrutamento dos candidatos seleccionados através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas, nos termos do artigo 17.º, n.º 3 da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 37.º, n.º 1, alínea b) da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que:

Foi celebrado contrato em funções públicas por tempo indeterminado com Marco Bruno Santos Vaz, com efeitos a 01.04.2010, ficando colocado na 3.ª posição da tabela remuneratória única.

31 de Março de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís A. Fonseca de Almeida*.

203224118

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinete da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 8151/2010

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio a licenciada Ana Rita Moreira de Carvalho Maurício para prestar colaboração neste Gabinete, tendo em vista a realização de trabalhos no âmbito da sua especialidade, designadamente os que se prendem com a temática dos instrumentos de gestão territorial.

2 — A nomeada é equiparada para todos os efeitos legais a adjunta de gabinete, nomeadamente em matéria remuneratória, incluindo abono para despesas de representação.

3 — A presente nomeação é válida por um ano, renovando-se automaticamente por períodos iguais, salvo comunicação em contrário, podendo ser revogada a todo o tempo.

4 — O presente despacho produz efeitos a 19 de Abril de 2010.

19 de Abril de 2010. — A Secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *Fernanda Maria Rosa do Carmo Julião*.
203225682

Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P.

Aviso n.º 9409/2010

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para 2 (dois) postos de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico.

1 — De acordo com o previsto no aviso de abertura, procedeu-se à entrevista de profissional de selecção como método de selecção facultativo, elaborando-se a respectiva grelha classificativa, a qual se encontra afixada em local visível e público, na sede da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P., sita na Rua da Alcárcova de Baixo, 6, 7000-841 Évora e na sua página electrónica (www.arhalentejo.pt).

2 — Em conformidade com o disposto na alínea *d*), do n.º 3, do artigo 30.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 36.º do referido diploma, notificam-se os interessados de que se encontra afixada em local visível e público, na sede da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P., sita na Rua da Alcárcova de Baixo, 6, 7000-841 Évora e na sua página electrónica (www.arhalentejo.pt), a lista unitária de ordenação final dos candidatos, a que se refere o procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 20759/2009, publicado no *Diário da República* n.º 223, de 17/11/2009.

Data: 29 de Abril de 2010. — Nome: *Rosa Gouveia Catita*, Cargo: A Presidente do Júri.

203224556

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 9410/2010

Alteração da composição do júri do procedimento concursal comum — Ref. A, constante do Aviso n.º 2669/2010, publicado em D. R., 2.ª série, n.º 26 de 8 de Fevereiro

Nos termos e para os efeitos conjugados dos n.ºs 4 do artigo 19.º; 8 e 9 do artigos 21.º e 2 e 3 do artigo 20.º; todos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, torna-se público que, por cessação das comissões de serviço do Presidente do júri e do 1.º Vogal do procedimento concursal comum, para preenchimento de 4 postos de trabalho de técnico superior, do mapa de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Identificado na Ref. A, nomeado, conforme despacho constante do aviso n.º 2669/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 08 de Fevereiro, foi por meu despacho de 27/04/2010, alterado a constituição do referido júri nos termos seguintes:

Para a Ref. A):

Presidente — Lic. Vanda Cristina Lopes Nunes, Vice-Presidente da CCDRLVT
Vogais efectivos:

1.º Vogal — Lic. Catarina Natália Rodrigues Lousada Mouro Ferreira Abranches Pinto;

2.º Vogal — Lic. Ana Maria Ramos Barata Teixeira Lino, Chefe de Divisão de Administração e Recursos Humanos da CCDRLVT;

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Lic. Isabel Dulce Mendes Silva Marques, Chefe de Divisão da Avaliação e Monitorização Ambiental da CCDRLVT;

2.º Vogal — Lic. Maria de Fátima Braga Malheiro Cordeiro, Chefe de Inovação e Competitividade e Cooperação da CCDRLVT, em regime de substituição.

A alteração na composição do júri não afecta, nem compromete todas as operações do concurso já efectuadas.

A Presidente do júri será substituída nas suas faltas e impedimentos, pela primeira vogal efectiva.

CCDRLVT, 4 de Maio de 2010. — A Presidente, *Teresa Almeida*.
203225309

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Departamento de Desenvolvimento Organizacional e Estratégico

Deliberação (extracto) n.º 868/2010

Por deliberação do Conselho Directivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., de 20 de Abril de 2010, nos termos e ao abrigo dos Estatutos do IEFP, IP, aprovados pela Portaria n.º 637/2007, de 30 de Maio, e republicados em anexo à Portaria n.º 570/2009, de 29 de Maio, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 42/2009, de 23 de Junho, e da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e alterada pela Lei n.º 64-a/2008, de 31 de Dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), conjugado com o disposto no art.º 6.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, foi nomeada, em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a licenciada Marta Cristina de Oliveira Rodrigues, no cargo de Directora de Centro do Centro de Emprego de Viseu, cargo equiparado a cargo de direcção intermédia de 1.º grau.

Nota Curricular

Marta Cristina Oliveira Rodrigues, nascida a 29 de Julho de 1975. Licenciada em Sociologia.

Pós Graduação em “Gestão de Recursos Humanos”, pelo Instituto Piaget no Campus Universitário de Viseu.

No período compreendido entre 5 de Janeiro de 2010 à presente data, exerceu em regime de substituição, o cargo de Directora de Centro do Centro de Emprego de Lamego.

No período compreendido entre 2006 e 2009, exerceu o cargo de Chefe de Serviços no Centro de Emprego de Lamego.

No período compreendido entre 2004 e 2005, exerceu funções de Conselheira de Orientação Profissional no Centro de Emprego de Lamego.

Fez parte da Equipa Técnica dos seguintes programas: Programa Estágios Profissionais, Programa de Estímulo à Oferta — PEOE, Programa PEPS: EMFORMA; FORDESQ; Apoio ao Desenvolvimento do artesanato e do Património Cultural e Urbanístico, UNIVA, Certificação, Acções de divulgação no âmbito do Mercado de Emprego.

No período compreendido entre 2001 e 2003, exerceu funções de Conselheira de Orientação Profissional, no Centro de Emprego de Guimarães.

Fez parte da Equipa Técnica nos seguintes Programas: Programa Vida — Emprego, Programa Estágios Profissionais, Programa de Estímulo à Oferta de Emprego — Modalidade ILE, Programa Reabilitação.

Em 2000, Estágio probatório realizado no âmbito da Formação Inicial de Conselheiros de Orientação Profissional.

No período compreendido entre 1998 e 2000, Directora Técnica de uma IPSS, tendo em simultâneo prestado apoio ao Serviço Local da Segurança Social, no âmbito do Rendimento Mínimo Garantido.

Data: 04-05-2010. — Nome: *José Realinho de Matos*, Cargo: Vogal do Conselho Directivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

203224256

Deliberação (extracto) n.º 869/2010

Por deliberação do Conselho Directivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., de 20 de Abril de 2010, nos termos e ao abrigo dos Estatutos do IEFP, IP, aprovados pela Portaria n.º 637/2007, de 30 de Maio, e republicados em anexo à Portaria n.º 570/2009, de 29 de Maio, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 42/2009, de 23 de Junho, e da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, que